



1 **APROVAÇÃO 21/09/2021** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
2 TÉCNICA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA  
3 DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E  
4 JACAREPAGUÁ –GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 20 de julho de 2021, quinta-feira  
5 às 14h por videoconferência, reuniu-se a CTSAM do CBH-BG com a seguinte pauta:1)  
6 **Aprovação das atas das reuniões de 02 e 15 de junho; 2) Situação da análise dos**  
7 **planos de saneamento municipais; 3) Ações a serem propostas ao MP, no tema**  
8 **chorume.** A reunião é iniciada. 1) **Aprovação das atas das reuniões de 02 e 15 de**  
9 **junho:** Marcos Basbaum relatou a ausência do nome de Renato Rocha, membro da  
10 CTSAM, nas duas atas. Frederico Menezes Coelho informou que está participando ao  
11 mesmo tempo da Oficina do Plano Nacional de Recursos Hídricos sobre águas  
12 subterrâneas, e avisou sobre a presença da aluna Georgia Bonavita, mestranda que está  
13 desenvolvendo uma pesquisa sobre Esgotamento Sanitário na Região Metropolitana.  
14 Georgia se apresentou brevemente. Marcos questionou se havia algum comentário sobre  
15 as atas. Frederico perguntou sobre a apresentação do IRM na reunião do dia 02/06,  
16 sendo esclarecido por Marcos que houve tentativas de contato com o Instituto, inclusive  
17 por envio de ofício, mas sem retorno. Eloísa Torres colocou que em sua opinião, o IRM  
18 não seria firme na posição que defende, por não possuir uma boa estrutura. Renato G. da  
19 Rocha solicitou inclusão de seu comentário realizado no chat da reunião, tratando de  
20 poços artesianos e fossas, no qual esclareceu que Vargem Grande também enfrenta tal  
21 situação e sem mapeamento. Marcos recordou que tal apontamento foi feito na reunião  
22 do dia 2, em resposta a uma apresentação do IRM. Frederico pontuou que não estava  
23 presente na reunião do dia 02/06, mas seu nome constava como participante. Tamara  
24 Fernandes informou que sua presença não constava em uma das reuniões e pediu que  
25 fosse incluído na ata. Carolina informou que realizará as correções necessárias e enviará  
26 a todos por e-mail para que possam ser aprovadas. 2) **Situação da análise dos planos**  
27 **de saneamento municipais:** Marcos falou sobre os Planos Municipais compartilhados  
28 por Eloísa. Para realizar a contextualização, Eloísa fez relato sobre o período, na década  
29 passada, que trabalhou na Secretaria de Meio Ambiente, e foram elaborados os planos de  
30 saneamento básico, com apoio do comitê de Bacia da Baía de Guanabara.. José Miguel  
31 da Silva sugeriu que os Planos sejam disponibilizados para a sociedade civil com fácil  
32 acesso, para que esta possa acompanhar e cobrar os responsáveis pelo município.  
33 Marcos lembrou o que foi combinado na CT, ou seja, resgatar questões da área de  
34 saneamento, tratadas anteriormente pelo comitê e que agora viriam para a Câmara  
35 Técnica, citando entre elas a análise de planos existentes. Tamara esclareceu que, em  
36 relação aos dados dos planos no PSAM, o site antigo foi deletado por problemas técnicos  
37 e todo o conteúdo deste foi passado para o site novo disponível em  
38 <https://psam.eco.br/pmsb/>, pontuando que a aba PMSB possui todo o conteúdo do site  
39 antigo, sendo adicionados todos os planos novos já enviados. Eloísa informou sobre o  
40 encaminhamento do subcomitê Jacarepaguá quanto à participação do Comitê no seu  
41 monitoramento, e propôs que a CT exerça esta função. Marcos concordou com a  
42 proposta, mas atentou que, a partir do momento que assumir esta função, não há como  
43 retroceder e finalizou sua fala pedindo a definição clara de como a CT irá neste processo.



44 Miguel informou que não é responsabilidade do Comitê analisar os planos e pontuou que  
45 a sociedade civil não se sentia representada pelo IRM, acrescentando que há falta de  
46 recursos financeiros para obras e que os diversos especialistas de saneamento na  
47 Agevep deveriam analisar o material seguindo uma metodologia inteligível para que a  
48 sociedade acompanhasse a execução do plano. Eloísa ressaltou que o Comitê não pode  
49 fazer obra de elevatória, mas um convênio com a concessionária poderá ser celebrado,  
50 com fiscalização pelo Comitê. Eloísa salientou ainda que os recursos fornecidos são para  
51 iniciativas de melhoria da qualidade da baía e dos corpos hídricos que nela desaguam,  
52 além da educação ambiental das populações locais lembrando ainda do apoio do Comitê  
53 aos plano de saneamento, cuja responsabilidade de elaboração é dos municípios., Flávia  
54 Lanari Coelho afirmou que o comitê de bacia poderia auxiliar na obtenção de bons  
55 resultados , e que acreditava que tal decisão não caberia à câmara técnica, que é  
56 responsável por analisar o problema propor solução que poderá ou não ser aceita pela  
57 Plenária do CBH-BG. Luciana Rosário leu alguns comentários de Jorge, esclarecendo as  
58 funções do Comitê. Silvana e Elielson concordaram com a proposta de Eloísa, que seria a  
59 participação da CT na câmara de monitoramento prevista no processo de concessão da  
60 CEDAE. Eloísa iria enviar sua sugestão a Marcos para ser compartilhada no grupo do  
61 whatsapp da CT complementando que também seria encaminhada ao Subcomitê de  
62 Jacarepaguá. Marcos relatou a fala de Miguel sobre outros 16 planos, a exceção do Rio  
63 de Janeiro, questionando se esta ideia deveria ser seguida, propondo uma votação sobre  
64 a proposta de Eloísa em uma próxima reunião. Rejany Ferreira dos Santos, a respeito da  
65 sugestão de votação, propôs levar a proposta de Eloísa ao CBH-BG e, que se aprovada,  
66 teria a CT como participante, visto que o comitê muda a cada dois anos. Miguel informou  
67 sobre a sua iniciativa em recolher os planos de cada município do Subcomitê Oeste, e  
68 está buscando ajuda junto às universidades para acompanhar a sua implementação. Ele  
69 também sugeriu encaminhar a discussão à Plenária, e apresentar uma alternativa de  
70 edital a ser aprovado. Falou ainda da sua participação em uma reunião do BNDES, e sua  
71 proposta da participação do comitê no monitoramento de alguma maneira. Luciana leu o  
72 comentário de Renato no chat: “Temos que prevenir a criação de uma caixa preta dentro  
73 desta nova empresa como é hoje a CEDAE.”. Marcos encaminhou uma votação para  
74 verificar se o grupo preferia que fosse seguida a análise dos planos municipais ou  
75 paralisada por um período, se manifestando favorável à continuidade. Eloísa sugeriu ,  
76 dar continuidade à análise, que se fosse feita pesquisa sobre quais municípios pediram  
77 apoio técnico do comitê. Magno Neves leu a lista de municípios no site do PSAM, após  
78 um questionamento de Eloísa sobre o assunto: Cachoeiras de Macacu, Guapimirim,  
79 Magé, Rio Bonito e Tanguá, com apoio do SEAS, PSAM e CBH-BG. Eloísa informou que  
80 a revisão do Rio de Janeiro também teve apoio financeiro do CBH-BG. Tamara G.  
81 Fernandes perguntou qual seria a definição de avaliação, se referente ao conteúdo ou se  
82 seria o acompanhamento de ações e metas. Marcos respondeu que as duas poderiam ser  
83 feitas. Flávia manifestou-se esclarecendo que o CBH-BG tem direito a acompanhar as  
84 metas e o plano, já que ele investiu dinheiro. Silvana acreditava que o acompanhamento  
85 faz parte do trabalho da CT, porém estes não abordariam a falta de distribuição, tendo a  
86 necessidade de um Plano de Trabalho. Relembrou uma metodologia de

87 acompanhamento proposta por Tamara sobre “apadrinhar” cada plano, município, para  
88 definir as responsabilidades, metas e objetivos. Halphy Cunha Rodrigues colocou que  
89 aproveitar deveriam ser priorizados os municípios que estão solicitando apoio para  
90 acompanhar as novas concessões e, em relação ao Comitê deve-se pressionar exigindo  
91 a participação dos municípios na distribuição de água e coleta de esgoto em relação ao  
92 ICMS Verde, podendo ser continuado se houver um nível de aprovação, levando em  
93 consideração a participação do Comitê. Seguiu informando que, por meio da SEAS e  
94 INEA, poderiam ser convidadas as empresas concessionárias para integrar o comitê a  
95 partir da primeira ordem de serviço, e deixando clara a necessidade de participação da  
96 CEDAE em todos os subcomitês que têm municípios que participaram da concessão.  
97 Frederico informou que o acompanhamento dos planos municipais ou metropolitanos  
98 deveria continuar, em razão da existência de diversos pontos genéricos, como o  
99 saneamento rural e as favelas da baixada, que não estariam inseridas no documento.  
100 Marcos pediu para que quem for contra a continuação de análise, se manifestasse .  
101 Como não houve manifestação contrária, ficou decidida pela continuação de análise dos  
102 planos. Elielson complementou informando sobre alguns termos de referências que  
103 ficaram defasados e salientou que deveriam compreender certas dificuldades dos  
104 municípios. Eloísa recomendou estabelecer critérios de análise dos planos de  
105 saneamento e debater junto a CTSAM. Continuou dizendo que irá enviar o anexo ao  
106 comitê de monitoramento para que todos os membros tomem ciência do funcionamento.  
107 Finalizou propondo que o Comitê convidasse os membros da Iguá e Agea a participarem  
108 do comitê de bacia. Marcos finalizou a pauta 2 da reunião com a recomendação de  
109 **Eloísa. 3) Ações a serem propostas ao MP, no tema chorume:** Marcos iniciou com um  
110 resumo da reunião com o Ministério Público, na qual a parceria foi aceita, e a CTSAM  
111 deveria definir quais serão os pontos de ação para a retomada do trabalho. Miguel pediu a  
112 projeção do Plano de Trabalho do antigo GT Chorume. Colocou que ainda faltam muitas  
113 visitas aos municípios do Leste e Niterói. Listou as atividades que ficaram pendentes:  
114 reunião com INEA e com empresas de tratamento de chorume, visitas aos aterros ainda  
115 ativos na Baía de Guanabara. Finalizou relatando a não existência de amparo legal,  
116 havendo apenas três estudos acadêmicos segundo o INEA, e que a solicitação foi  
117 encaminhada ao promotor de Duque de Caxias. Magno explicou que o ponto 5 são os  
118 aspectos de atuação do Comitê. Informou que foi responsável pelo aspecto legal na  
119 época em que, graças a uma boa recepção do MP, o tema avançou. Alertou para a  
120 criação de um caminho estrutural para seguir avançando. Flávia relatou que os lixões de  
121 Maricá não estão ativos, mas não foram remediados. Miguel relatou a mobilização para  
122 apoio administrativo para o GT Chorume. Informou que não foi possível a visita nas  
123 estações de tratamento de esgoto que recebiam chorume de outra bacia. Elielson  
124 explicou que o Ministério Público faz a cobrança aos municípios e a CT pode fazer as  
125 atividades para encaminhar o trabalho com uma possível solução, independente das  
126 questões do MP. A respeito do INEA, colocou que CBH-BG/CTSAM deve solicitar, junto  
127 ao Ministério Público, uma reunião com o INEA. Marcos explicou na reunião com o  
128 Ministério Público, colocou que sua participação sempre reforça qualquer processo de a  
129 ser acompanhado, como a questão do chorume Miguel comentou a situação do GT

130 Chorume. Marcos informou a decisão dos membros da câmara técnica, quanto a não  
131 criação do GT de maneira formal. Colocou que os pontos de pauta devem ser discutidos  
132 e, caso tenham uma manifestação após a reunião, deve ser discutida no grupo de  
133 Whatsapp. Seguiu comentando sobre a reunião com o Ministério Público e a elaboração  
134 da carta comentada e aprovada pelo grupo. Sugeriu que o que não foi finalizado no  
135 aspecto técnico seja retomado. Perguntou se haveria mais sugestões além das visitas  
136 técnicas e a proposta da retomada do plano de trabalho. Miguel colocou que os  
137 responsáveis pela passagem do chorume deveriam ser responsabilizados, e o Comitê  
138 deveria criar uma resolução ressaltando que o chorume não pode chegar ao rio. Marcos  
139 fez uma recomendação a respeito do item 3 de pauta: A retomada de visitas em locais a  
140 serem propostas pelo CTSAM e retomada dos pontos dos aspectos jurídicos do Plano de  
141 Trabalho não abordados tratados com o Ministério Público. Flávia solicitou que os lixões  
142 de Maricá fossem incluídos. Marcos sugeriu que o grupo de Whatsapp seja usado para  
143 definir propostas para a solicitação de Flávia. Flávia pediu que as conclusões dos debates  
144 no grupo sejam também enviadas por e-mail quando a votação estiver concluída, e  
145 próxima a ser finalizada para oficializar. Marcos repetiu as propostas feitas na reunião.  
146 Solicitou que os membros contribuam para uma melhor definição das propostas até o final  
147 de julho. Magno e Renato manifestaram estarem de acordo. A reunião chega ao fim às  
148 17h15.

149  
150 Marcos Basbaum

151 **Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental**

152  
153 **Encaminhamentos:**

- 154 1. Continuidade das análises dos planos municipais de saneamento, devendo ser  
155 definidas as prioridades.
- 156 2. Realizar votação sobre a CTSAM avançar ou não os outros pontos do plano de  
157 trabalho fora os que já foram realizados em conjunto com o MP (aspectos técnicos e  
158 jurídicos).
- 159 3. Levar para a plenária se a CTSAM vai pleitear vaga para participar do comitê de  
160 monitoramento.

161  
162 **Lista de presença:**

163 Conselho Regional de Biologia – CRBio – Marcos Basbaum; Instituto De Estudos Dos  
164 Direitos Humanos E Do Meio Ambiente – IEDHMA – Silvana Di Lulio Moreira; Associação  
165 de Moradores e Amigos de Vargem Grande – Renato G. da Rocha; Secretaria do  
166 Ambiente e Sustentabilidade – Tamara G. Fernandes e Camilia Cruz; Águas de Niterói –  
167 Halphy Cunha Rodrigues; Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá -  
168 APALMA – Flávia Lanari Coelho; CEDAE – Frederico Menezes Coelho; Prefeitura de  
169 Tanguá – Elielson Silva; Rede de Empreendedores Sociais para o Desenvolvimento  
170 Socialmente Justo, Democrático e Sustentável – Rejany Ferreira dos Santos; Prefeitura  
171 de Magé – Maria Aparecida Resende; CEDAE - Jorge Muniz; Instituto Brasileiro de Direito  
172 Ambiental – IBDA – Magno Neves Barbosa; Instituto Terrazul - Eloísa Torres; Associação



- 173 Ecocidade – José Miguel da Silva; Georgia Bonovita. Secretaria Executiva (Agevap):  
174 Aldemir Gomes, Carolina Martins, Luciana Rosário e Patrick Moraes.